CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CAIXA DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CIANORTE/PR - CAPSECI

ATA NÚMERO 09/2026 DE REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (22/10/2026), às oito horas e trinta minutos (08:30), na sede da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Cianorte – CAPSECI, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, sob a presidência do Sr. Leandro Jerônimo e secretariado pela Sra. Ivonete de Jesus Costa, que, após a verificação do quórum legal, declarou aberta a reunião. Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho de Administração: Rogério Marcolino da Silva (Titular), Sandra Regina Alves dos Santos (Titular), Ivan Rodrigo Zanoli (Titular), Fernando Fonseca de Melo (Suplente) e Maria Luiza de Siqueira Ferreira (Suplente). Registrou-se, ainda, a participação do Sr. Gilberto Yoshio Matuo, Superintendente da CAPSECI. A reunião teve como pauta os seguintes itens: **Item um** – Tabela Quantitativa de Segurados (Ativos, Inativos e Pensionistas) – 2026; **Item dois** – Relatório das Aplicações Financeiras – setembro de 2026; **Item três** – Acompanhamento da Rentabilidade dos Investimentos e do Cumprimento da Meta – setembro de 2026; **Item quatro** – Demonstrativo de Despesas da Administração – setembro de 2026; **Item cinco** – Demonstrativo Financeiro e Previdenciário Consolidado – setembro de 2026; **Item seis** – Análise dos pareceres do atuário, da consultoria de investimentos e do Comitê de Investimentos sobre a proposta de aporte de imóvel à CAPSECI e deliberação sobre a resposta ao Ofício nº 94/2026 da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ); **Item sete** – Relatório da Ouvidoria. No primeiro item da ordem do dia, foi apresentada ao Conselho a tabela com a evolução quantitativa dos beneficiários da Capseci referente ao exercício de 2026, destacando-se que, até o mês de setembro de 2026, o RPPS contabilizou um total geral de 3.223 segurados, compostos por 2.328 servidores ativos (2.314 da Prefeitura, 10 da Câmara e 4 da CAPSECI) e 895 inativos e pensionistas (712 aposentados e 183 pensionistas), registrando-se no acumulado do ano um total de 104 admissões, 45 novas aposentadorias e 7 concessões de pensões. Em setembro de 2026 o patrimônio investido era de R$ 272.647.231,89 (duzentos e setenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos) com um rendimento positivo de R$ 2.752.529,64 (dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos). Foi apresentado aos membros do Conselho de Administração o relatório de rentabilidade dos investimentos referente a setembro de 2026, no mês, a rentabilidade foi de 0,97%, frente à meta de 1,28%, resultando em *gap* negativo de 0,31 p.p. No acumulado do exercício, a rentabilidade

atingiu 9,81%, enquanto a meta acumulada foi de 8,31%, representando *gap* positivo de 1,50 p.p. Em seguida, apresentou-se o Demonstrativo de Despesas da Administração relativo ao mês de setembro de 2026, com o registro de um total de R$ 105.996,85 (cento e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos) em valores empenhados e de R$ 93.304,81 (noventa e três mil, trezentos e quatro reais e oitenta e um centavos) em valores pagos, englobando gastos com vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais, serviços de terceiros, consultorias e demais despesas operacionais do período. Na sequência, foi exposto o Demonstrativo Financeiro e Previdenciário Consolidado do exercício de 2026, a folha de pagamento dos inativos e pensionistas no mês de setembro de 2026 ficou em R$ 4.060.636,91 (quatro milhões, sessenta mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e um centavos); já com relação aos repasses previdenciários somaram-se no mês de setembro de 2026 o valor de R$ 4.131.917,38 (quatro milhões, cento e trinta e um mil, novecentos e dezessete reais e trinta e oito centavos) e compensação previdenciária na importância de R$ 2.000.189,72 (dois milhões, cento e oitenta e nove reais e setenta e dois centavos), com acúmulo até o mês de setembro de R$ 66.021.818,20 (sessenta e seis milhões, vinte e um mil, oitocentos e dezoito reais e vinte centavos) em receitas e R$ 38.868.693,55 (trinta e oito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos) em despesas. Em seguida, passou-se à análise do **item 6** da pauta, tratando da proposta de aporte de imóvel à CAPSECI e do Ofício nº 94/2026 da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Municipal. Foram apresentados e discutidos o parecer atuarial da Actuarial, a resposta técnica da LEMA Consultoria e o Parecer nº 001/2026 do Comitê de Investimentos, além de ponderarem sobre a divergência de valores apresentada no Projeto de Lei nº 77/2026. Após ampla discussão sobre os esclarecimentos exigidos pela CCJ, em relação ao **item I do ofício**, registrou-se que foram realizadas consultas técnicas acerca da matéria que, embora não tenham apresentado conclusões nos exatos termos requeridos, tampouco apontaram impedimentos ao recebimento de imóveis como forma de aporte ao RPPS. Quanto à viabilidade econômico-financeira, esta encontra respaldo nos estudos de Asset Liability Management (ALM) e na avaliação atuarial, que demonstram a situação superavitária do fundo e a compatibilidade de seus recursos com o cumprimento das obrigações previdenciárias presentes e futuras. Entretanto, permanecem incertas questões relativas à liquidez e à destinação dos imóveis, bem como à sua rentabilidade, considerando que não se trata de ativos financeiros. Quanto ao **item II do ofício**, o Conselho de Administração **deliberou, por unanimidade**, pela manutenção do valor total de R$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), considerando que as avaliações realizadas pela CAPSECI apresentaram valores mínimos e máximos para os imóveis. Diante disso, o colegiado, pautado pelo princípio da prudência, optou

pela adoção do menor valor, tendo em vista não ser possível assegurar a rentabilidade dos bens enquanto não ocorrer sua efetiva alienação e conversão em recursos financeiros. No que se refere ao **item III do ofício**, registrou-se que, até o presente momento, os estudos mencionados ainda não foram divulgados. Diante disso, o Conselho recomendou à Administração da CAPSECI que providenciasse a publicação dos referidos estudos em seu sítio eletrônico oficial, a fim de assegurar a transparência e o amplo acesso às informações, tendo a Administração se comprometido a realizar a publicação ainda na presente data. No tocante à Ouvidoria, informou-se que, até o presente momento, não houve registros de novas manifestações. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. E eu, Ivonete de Jesus Costa, secretária do Conselho de Administração, digitei a presente ata que foi lida e aprovada pelos membros do Conselho de Administração presentes à reunião. Secretária _____ //.

Gilberto Yoshio Matuo (Superintendente)

Rogério Marcolino da Silva (Titular)

Leandro Jerônimo (Titular)

Sandra Regina Alves dos Santos (Titular)

Maria Luiza de Siqueira Ferreira (Suplente)

Ivan Rodrigo Zanoli (Titular)

Fernando Fonseca de Melo (Suplente)